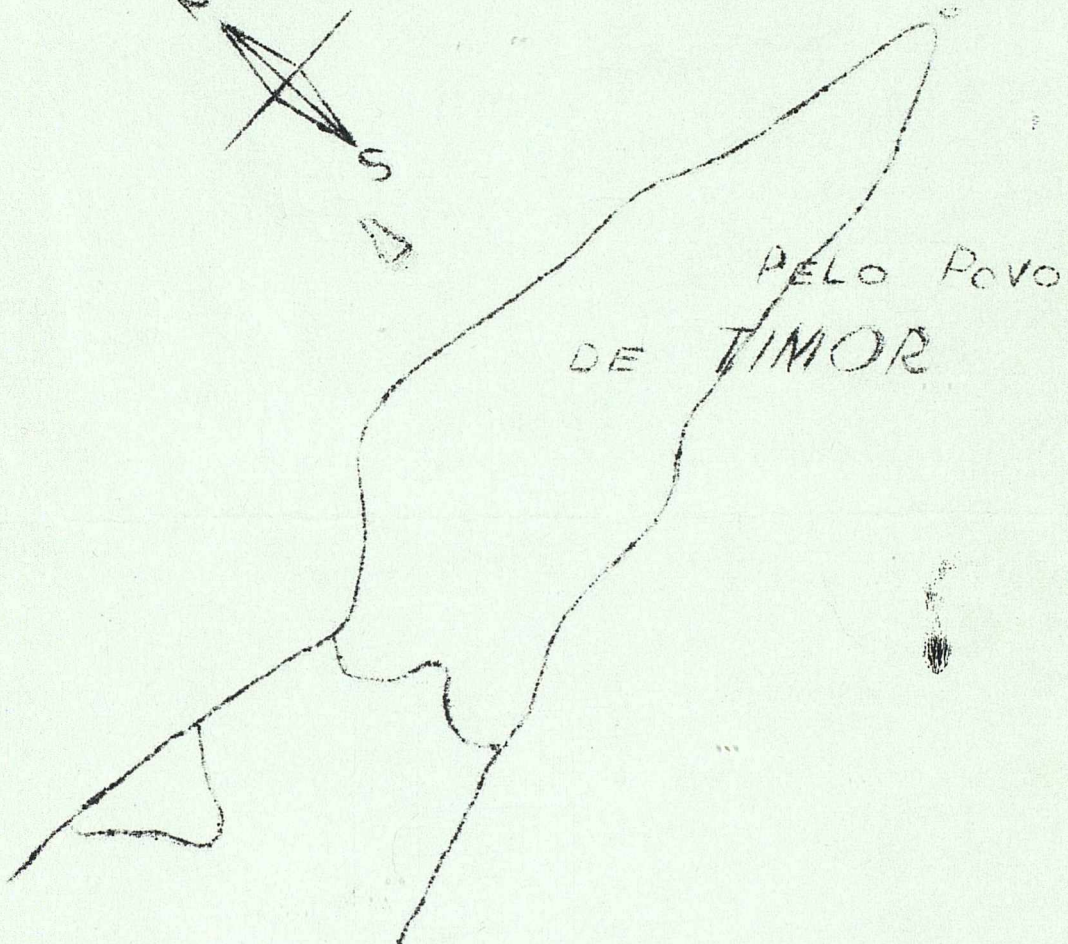
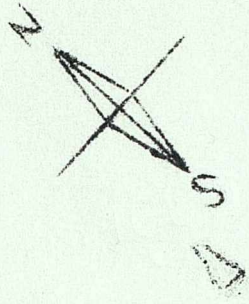


(A.S.D.T.)

I
N
D
E
P
E
N
D
Ê
N
C
I
A



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO

O presente PROGRAMA preconiza uma forma de organização social que visa fins económicos, culturais, sociais e políticos em proveito de todos os elementos que a constituem.

Sugere sistemas de modos de produção e relações de produção permissivas de uma prossecução racional dos objectivos atrás apontados.

Como esquema (esboço), não apresentará uma análise exaustiva das fundam^{en}tações de vária ordem em que o mesmo se apoia.

Tendo em vista que qualquer organização ou associação de produção e/ou comércio que prossegue objectivos económicos contrários aos de outras já perfeitamente organizadas é passível de estrangulamento ou bloqueio por parte destas últimas, o presente programa esboça toda uma estrutura sócio-económica de relação para salvaguardar precisamente as cooperativas em questão e fazê-las vingar nos seus objectivos para um verdadeiro progresso do Povo de Timor.

Assim, como célula-base e operando com a máxima autonomia, funcionarão as COOPERATIVAS MISTAS REGIONAIS, e como EMPRESAS ESTATAIS, como o próprio nome indica, o aparelho técnico-humano que assegura uma cobertura eficiente e em grande escala da produção e do consumo.

Óbvio se torna, a nível do partido, estruturar quadros que possam desempenhar-se das diversas tarefas que o Programa se propõe realizar para criação de condições conducentes a uma INDEPENDENCIA ECONOMICA E POLITICA DE TIMOR -DILI.

Por conseguinte, o Partido (ASDT) estruturar-se-á da seguinte forma:

COMITÉ CENTRAL DE COORDENAÇÃO E PLANEAMENTO

Órgão de cúpula, funcionará com as seguintes

a - Atribuições genéricas

Coordenação e planeamento conjuntural dos Sectores:

A - Económico

B - Político

C - Cultural, de Educação e de Informação

D - Financeiro

E - Sanitário

b - Atribuições específicas

.Emitir orientações para a execução de tarefas a levar a efeito por qualquer das Comissões isoladamente ou em coordenação com outras Comissões.

- .Emitir normas escritas necessárias ao adequado funcionamento das Cooperativas.
- .Planear ou aprovar programas de trabalho apresentados pelos diversos sectores.
- .Nomear representantes do Partido como seus delegados quando situações específicas o exigirem.
- .Responder pelo Partido.

OBS.: - Os aspectos não abrangidos neste Programa (formação de quadros do aparelho político-administrativo e constituição da milícia de segurança pública), etc., baseados na ideologia anti-colonialista e anti-exploração, serão objecto de estudo do Comité Central que articulará, para o efeito, normas do direito consuetudinário local com os objectivos deste Programa.

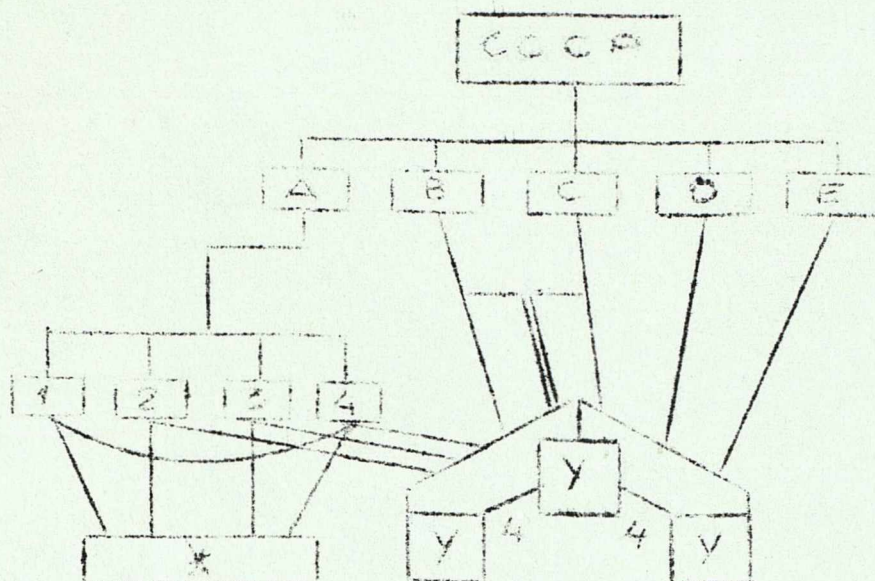
Prioritariamente e salvo procedimento diferente determinado por situações concretas que se depararem, sugere-se a seguinte ordem:

1º - Sector das Finanças

- a - Sondagens e apelos a organizações internacionais e Estados com vista à concessão de subsídios (não reembolsáveis) para realização deste Programa.
- b - Sondagens e apelos a organizações internacionais com vista à concessão de bolsas (UNESCO, etc.) para formação de técnicos e outros cursos reconhecidos de interesse imediato (Eng^{os} Silvicultores, Químicos Industriais, Agrónomos, etc.) no Brasil, em Portugal e outras nações.

2º - Sector Económico

- a - Agricultura e pecuária com vista a uma rápida auto-suficiência e auto-financiamento, quer a nível das Cooperativas Mistas Regionais, quer a nível das Empresas Estatais, e, por conseguinte, do Partido.
- b - Fomento de "pequenas culturas" nas regiões "pobres".
- c - Não aceitação, por enquanto, de investimentos estrangeiros, salvo os que oferecerem grandes garantias para o futuro de Timor (Energia - estudos e construção de Barragens, etc.).



LEGENDA :

C.C.C.P. - COMITÊ CENTRAL DE COORDENAÇÃO E PLANEAMENTO

A - Comissão para os Assuntos Económicos

B - Comissão Política

C - Comissão para os Assuntos Culturais, de Educação e de Informação

D - Comissão das Finanças e de Tesouraria

E - Comissão para os Assuntos de Saúde e Higiene Popular

1 - Cooperativas Centrais (Bazares do Povo ou Mercados Populares)

2 - Brigadas Móveis de Produção

3 - Brigadas de Fomento Quantitativo e Qualitativo

4 - Brigadas de Transportes

X - PROPRIEDADES ESTATAIS

Y - CELULAS-BASE (Cooperativas Mistas Regionais)

A - SECTOR ECONÓMICO

É formado por uma comissão denominada

- COMISSÃO PARA OS ASSUNTOS ECONOMICOS

Tarefas que lhe incumbem:

-Gerir administrativamente as Empresas Estatais:

- 1 - Cooperativas Centrais (Bazar do Povo ou Mercado Popular)
- 2 - Brigadas Móveis de Produção
- 3 - Brigadas de Fomento Quantitativo e Qualitativo
- 4 - Brigadas de Transportes

- 1 - As COOPERATIVAS CENTRAIS são essencialmente de consumo e funcionam como "Bazar do Povo" ou "Mercado do Povo".

É-lhes também atribuída a tarefa de transacções a nível de Comércio Externo (importação e exportação), com os produtos adquiridos às Cooperativas Mistas Regionais ou fornecidos pelas Empresas Estatais.

Futuramente, quando se tiverem reunido condições para o efeito, apoiarão o funcionamento de Cantinas (confeção colectiva e fornecimento de alimentação).

Estabelecem laços comerciais com as Cooperativas Mistas Regionais.

- 2 - As BRIGADAS MÓVEIS DE PRODUÇÃO (maquinaria pesada e respectivo pessoal - tractores, tractoristas, etc., etc.).

- 3 - As BRIGADAS DE FOMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO da produção

Agrícola e Pecuária - constituída por técnicos deste ramo (regentes, práticos e pecuários) pela prestação de assistência tanto às Cooperativas como aos Campos de Produção directamente explorados pelas Empresas Estatais.

Industrial - (a definir posteriormente de acordo com o sector beneficiado). Genêricamente através de uma política de preços e de escoamento de produtos para locais e destinos de consumo.

- 4 - As BRIGADAS DE TRANSPORTES (meios de transporte - camiões, e respectivo pessoal).

O pessoal especializado para o desempenho das tarefas mencionadas nos números 2 e 4 será recrutado por fretamento de serviços ou por assalariamento, pertencendo neste caso aos quadros das Empresas Estatais.

B - SECTOR DA POLITICA

Formada pela

- COMISSÃO POLITICA

Atribuições:

- .Elaboração de Comunicados ou Manifestos de carácter político decididos em Assembleia Geral do Partido.
- .Orientar ideològicamente Programas Culturais e de Ensino, de colaboração com a Comissão para os Assuntos Culturais, de Educação e de Informação e promover campanhas de consciencialização política através dos meios de informação (imprensa e rádio).
- .Fiscalizar o funcionamento das Cooperativas Mistas Regionais e apresentar propostas tendentes à rectificação das normas emitidas pelo Comité Central quando verificada a inadequação das mesmas ou quando da verificação de procedimentos individuais e individualistas lesivos dos interesses colectivos (da Cooperativa).

C - SECTOR CULTURAL, DE EDUCAÇÃO E DE INFORMAÇÃO

Cometido à comissão designada

- COMISSÃO PARA OS ASSUNTOS CULTURAIS, DE EDUCAÇÃO E DE INFORMAÇÃO

Compete-lhe:

- 1 - Fomentar e divulgar a cultura do Povo de Timor, recolhendo e organizando todas as formas da sua "manifestação".
- 2 - Definir bases para uma educação desassimilada, desalienada e fundamentalmente revolucionária.
- 3 - Definir prioridades no Programa de Educação, contando no máximo sempre com as próprias forças (disponibilidades humanas ora existentes).
- 4 - Elaboração de "CARTILHAS" para a alfabetização das populações, com recurso a elementos geográfico-humanos locais e da História de Timor com apresentação da realidade político-social circundante.

D - SECTOR DAS FINANÇAS

Cometido à comissão denominada

- COMISSÃO PARA OS ASSUNTOS DAS FINANÇAS E DE TESOUREARIA

Tarefas que lhe incumbem:

- 1 - Captação de subsídios e recolha de fundos, quer do território nacional quer do estrangeiro, facultando-os ao Comité Central para a realização do Programa de Desenvolvimento.
- 2 - Contabilização e fiscalização das despesas realizadas pelas Empresas Estatais.
- 3 - Contabilização das requisições de fundos feitas pelo Comité Central.
- 4 - Contabilização das contribuições das Cooperativas e dos lucros realizados pelas Empresas Estatais.

E - SECTOR DA SAÚDE

Cometido à comissão denominada

- COMISSÃO PARA OS ASSUNTOS DA SAÚDE

- 1 - Incumbir-se-á do estudo ou recolha de estudos tendentes à definição e aplicação à prática de uma política sanitária verdadeiramente ao serviço do povo.
- 2 - Elaborará esquemas de cobertura sanitária enquadrados na formação sócio-político-económica (Cooperativas) preconizada neste Programa de Desenvolvimento.
- 3 - Programará e promoverá campanhas de saúde pública e de educação higiénica das populações.

COOPERATIVAS MISTAS REGIONAIS

Constituem-na agrupamentos populacionais (um ou mais) que possam assegurar uma produção colectiva, ou seja, todos os elementos do agrupamento, sem discriminações, a participarem na produção, de uma forma ou outra, de acordo com as respectivas possibilidades.

As Cooperativas Mistas Regionais terão autonomia administrativa e financeira próprias, salvaguardando-se apenas os aspectos relativos à planificação cometidos ao Comité Central.

Nos casos de impossível auto-financiamento, compete ao Comité Central prestar toda a assistência possível, nos moldes que tiver por mais convenientes e o planeamento assim o permitir e condicionar.

Funcionarão como propriedade colectiva da Cooperativa imóveis denominados "Casas do Povo", cada uma gerida administrativamente e financeiramente por uma comissão que englobe, tanto quanto possível, um representante de cada uma das profissões qualificadas existentes (enfermeiros/as, professores/as, monitores/as, artífices, manufactureiros), e a terça parte integrada por indiferenciados (camponeses/lavradores e proletariado campesino). A eleição deste corpo gerente é feita em Assembleia Geral da Cooperativa, tendo direito a voto todos os indivíduos que participam na produção, independentemente de idade e sexo. O mandato de cada comissão Administrativa tem a duração de um ano.

Esta comissão designar-se-á "Comissão Administrativa da Cooperativa de", ou "Comissão Administrativa da Casa do Povo de".

A produção das Cooperativas distribuir-se-á da seguinte forma:

- A - Para consumo interno, distribuída equitativamente entre os membros da Cooperativa e/ou para confecção colectiva da alimentação (do género das Cantinas).
- B - Para permuta com as Cooperativas vizinhas ou realização de lucros pela venda às Cooperativas Centrais (Bazar do Povo ou Mercados Populares), assegurada pelas Brigadas de Transportes,
- C - Para investimentos de carácter social e cultural (escolas, canalizações de água, construções de casas e demais finalidades de auto-gestão visando a satisfação das necessidades sociais e culturais do agregado.

D - Para contribuição destinada ao planeamento geral e finalidades cometidas ao Comité Central.

As "Casas do Povo" exercerão também actividades comerciais, mediante laços comerciais com as Cooperativas Centrais (Bazar do Povo ou Mercado Popular)

Obs.: - Por produtos da Cooperativa entende-se:

- a produção agrícola colectiva
- os produtos agrícolas ou de exportação adquiridos a particulares por compra a pronto ou a crédito
- espécies de gado à responsabilidade da Cooperativa
- espécies de gado adquiridas a particulares
- artigos manufacturados adquiridos por compra ou a crédito a artífices e manufactureiros independentes ou assalariados para tal finalidade (panos de Timor, cestos, tabaqueiras, etc. etc., etc. ...)

Por propriedade

- áreas cultiváveis escolhidas e aforadas ou não para o efeito
- áreas cedidas por particulares, mediante arrendamento ou gratuitamente, para a produção colectiva.

A participação na produção colectiva das Cooperativas efectiva-se através de um acordo entre os membros da mesma mediante um contributo individual que pode revestir as seguintes formas:

- a - Dos profissionais (nas horas livres, quando as respectivas actividades específicas não possam concorrer directamente para a produção ou indirectamente por trabalhos da especialidade em proveito da Cooperativa (assistência sanitária - ensino(alfabetização) - construção de escolas e casas - etc., etc. ...).
- b - Por fretamento (a pronto pagamento ou a crédito a elementos da Cooperativa ou estranhos a ela).
- c - Por assalariamento a componentes da Cooperativa para trabalhos de carácter permanente.
- d - Por contribuição financeira.

Obs.: - Tanto quanto possível a contribuição deve ser pessoal (manual - esforço físico)

Por um TIMOR LIVRE, PROGRESSIVO E INDEPENDENTE (ASDT)

F.Borja da Costa